



XVII Semana do Administrador do Sudoeste da Bahia ISSN: 2358-6397

O Administrador da Contemporaneidade: desafios e perspectivas

Os desafios da qualificação no ensino sobre gestão de políticas públicas: um relato de experiência

Autoria: Nadir Blatt¹ e Santana e Nazaré Franco²

¹ FMN/FAINOR, E-mail: nadirblatt@gmail.com

² FAINOR, E-mail: nazafs.adm@gmail.com

Introdução

Como docente da disciplina de Gestão em Políticas Públicas desde 2012, para os alunos dos semestres finais no curso de Administração de Faculdade privada de Ensino Superior em Vitória da Conquista – BA, o desconhecimento acerca de gestão de políticas públicas era generalizado. Buscando-se compreender o desinteresse e desconhecimento do tema, discutiu-se e avaliou-se com os alunos os motivos e, constatou-se que esses jovens universitários não tinham a menor noção do que era o poder público. Sem nenhuma noção, como iriam compreender o que era gestão pública, agenda de políticas públicas, formulação e execução de políticas e avaliação de programas federais, estaduais e municipais? Para as turmas seguintes, incluiu-se no Plano de Ensino do curso, ensinamentos para conhecimento dos direitos da sociedade, previstos nos artigos da Constituição Federal do Brasil de 1988, atendidos através de políticas públicas de educação, saúde, moradia e de segurança, entre outras áreas e políticas. A partir dessa constatação, iniciou-se uma reflexão e questionamentos sobre o grau de desconhecimento que a população tem sobre o funcionamento do poder público: como teremos bons gestores públicos e queremos que sejam cada vez melhores, se os jovens, na quase totalidade, não têm a mínima noção dessa ciência? Como formar e informar os jovens sobre o papel do poder público e a importância da gestão eficiente, tornando-o um gestor profissional apto a colaborar com a melhoria da gestão nas organizações e das condições de vida da sociedade? Mesmo não seguindo a carreira pública, estes jovens integrantes da sociedade civil, cidadãos, informados ou não, participam fazendo parte do processo democrático, inserindo-se no processo administrativo e opinarão sobre as ações governamentais, mesmo desconhecendo as ações públicas, como futuros administradores de empresas privadas, governamentais ou do Terceiro setor. Na pretensão de melhorar o entendimento sobre o tema, avaliou-se o grau de conhecimento dos alunos, nas aulas iniciais da disciplina, nos semestres de 2013.1, 2013.2 e 2014.1, através de questionários aplicados aos discentes, sobre o conhecimento de gestão de políticas públicas, com os dados externados nesse trabalho.

Marco Teórico

A educação é um longo processo de ensinar e aprender ao longo de toda a vida. Com a evolução da humanidade houve a necessidade de se criar instituições próprias para esse processo de ensinar e aprender, algumas sendo mantidas pelo Estado, que são gratuitas para a sociedade e outras, mantidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, mas ambas, devem cumprir com as leis e normas impostas pelo poder público. A partir de 1930 ocorreu

uma reestruturação da máquina administrativa no Brasil, com novas dimensões estruturais e culturais, tendo como foco a importância na melhoria da qualidade dos serviços públicos, aliados a produtividade do capital humano e, portanto, do investimento educativo. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, criado pelo então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, trouxe como consequências as reformas administrativas, a redefinição do papel do Estado e uma nova concepção de estrutura e estratégia organizacional: o pensar a cultura organizacional e as mudanças necessárias no setor público, as convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada e o paradigma do cliente/cidadão na gestão pública (PDRAE, 1995).

A juventude no Brasil: desafios e contribuições

O poder público brasileiro carece de profissionais bem qualificados que possam auxiliar os tomadores de decisão nos governos a serem mais eficazes e eficientes na aplicação de recursos públicos. Os dois maiores problemas que o setor público possui: ineficiência e clientelismo, desafios que só podem ser combatidos com profissionalismo e conhecimento de gestão por parte da população.

Destaco o papel fundamental de diversas organizações, coletivos, grupos, entre outros, que constroem alternativas de participação deste segmento. Defendo a formação como ponto de partida para que o jovem possa participar com conhecimento e compreensão e assim poder conhecer e dialogar com outros atores. Portanto, precisamos continuar avançando na pauta, no que tange a proposição, monitoramento e implementação e compreender o jovem como cidadão/cidadã é fundamental e principalmente ouvir a juventude no que diz respeito aos seus anseios e necessidades, para que se sinta como sujeito de direitos (TEÓFILO, 2011).

De acordo com Teófilo (2011), na participação dos atores sociais, a importância das instituições de ensino no processo de conscientização e participação dos atores jovens para a compreensão de políticas públicas, na busca de soluções para seus anseios e necessidades. A abordagem midiática que se tem dado sobre política, tratando-a apenas como um poço de corrupção, pode ser uma das causas do desinteresse dos jovens com o tema, pois ao invés de informar sobre política acaba afastando-os, com a diminuição do interesse dos mesmos, referente assuntos relacionados à esfera pública. A UNESCO no Brasil obedecendo ao seu mandato como agência disseminadora e criadora de conhecimentos identifica a juventude como um dos principais *locus* estratégico para a ação de políticas públicas. A “apatia” que se estabeleceu nos jovens cidadãos, pode ser justificada por desafios herdados da administração patrimonialista, buscando eliminar a corrupção e falta de transparência na gestão pública das instituições, desafio que até hoje permanece.

[...] nos tempos atuais, os jovens têm se destacado como uma população vulnerável em várias dimensões, figurando com relevo nas estatísticas de violências, desemprego, gravidez não-desejada, falta de acesso a uma escola de qualidade e carências de bens culturais, lazer e esporte. Este quadro se mostra particularmente grave ao se considerar que os jovens, além de uma promessa de futuro, são uma geração com necessidades no presente e, fundamentalmente, uma geração

estratégica no processo de desenvolvimento de um país [...] os jovens têm vontade de participar como sujeitos e almejam ao reconhecimento de suas especificidades e identidades, as quais se singularizam em relação a outras populações. Tal situação requer, portanto, criatividade e inovação no plano de políticas públicas (UNESCO Livro Políticas Públicas, p.65.2004).

Quanto às possíveis contribuições das novas gerações e a participação ativa dos jovens na elaboração e implementação das políticas públicas, especialmente na esfera social, deveriam ser avaliadas as oportunidades por meio de programas de participação cidadã, que os incentivariam a conhecer a gestão pública no país, como um compromisso solidário na solução dos problemas das áreas mais vulneráveis da sociedade. Através do uso e o acesso às tecnologias de informação e comunicação, os jovens poderiam ser protagonistas ativos, educativos e comunitários, através da estruturação de um programa englobando as questões públicas, com a participação dos jovens de forma mais articulada no desenvolvimento das políticas públicas, incentivados pelas instituições públicas e privadas, através da conscientização e sensibilização, com iniciativas de docentes ministrantes de disciplinas da área de gestão pública.

Métodos

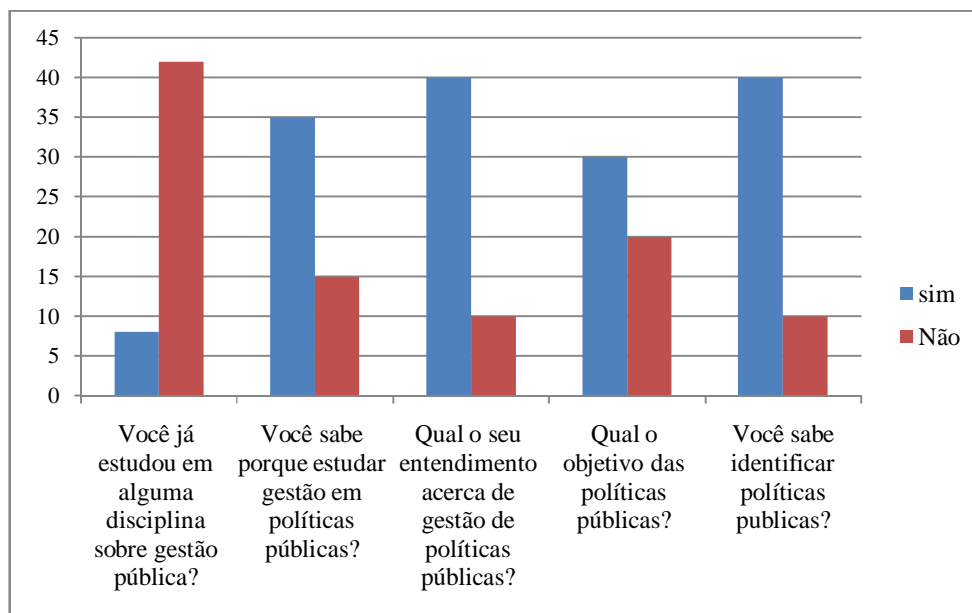
Quanto ao método de investigação, foram utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, análise das práticas de gestão pública debatidas em sala de aula, de estudos de casos referente a programas federais, estaduais e municipais - implementados através de políticas públicas - baseados em estudos observacionais. Os estudos longitudinais ou observacionais, requerem observações nas mesmas unidades amostrais em várias ocasiões e neste trabalho, são resultantes de observações coletadas em tempos distintos, durante os semestres de 2013.1, 2013.2 e 2014.1. Na busca da identificação dos motivos e dificuldades encontradas pelos alunos no entendimento da disciplina, vem sendo realizada a aplicação de questionários aos alunos dos semestres finais do curso de Administração, nas primeiras aulas da disciplina de Gestão em Políticas Públicas, buscando-se avaliar o grau de conhecimento sobre o tema. Tem-se até então, aproximadamente 50 questionários. O tratamento e a análise dos dados quantitativos obtidos a partir da tabulação dos questionários foram divididos e analisados conforme disposição dos questionamentos, em forma de gráficos, permitindo assim, uma melhor compreensão, para a apresentação de conclusões e considerações sobre os resultados apresentados.

Resultados

O presente trabalho foi desenvolvido embasado no estudo da observação sobre os motivos do desconhecimento por parte dos alunos do curso de Administração, acerca de gestão de políticas públicas de forma generalizada. Para este estudo foi utilizado como instrumento para coleta de dados um questionário aplicado a uma amostra de 50 (cinquenta) alunos da Disciplina de Gestão em Políticas Públicas, contendo cinco questões temáticas: Você já estudou em alguma disciplina sobre gestão pública? Você sabe porque estudar gestão em políticas públicas? Qual o seu entendimento acerca de gestão de políticas públicas? Qual o objetivo das políticas públicas? Você sabe identificar políticas publicas?

Em se tratando do primeiro questionamento sobre estudos anteriores acerca de gestão públicas, 92% dos alunos respondentes nunca estudaram em nenhuma disciplina gestão pública e 8% responderam afirmativamente que tinham abordado gestão pública em alguma disciplina do currículo do curso. Em relação ao porquê do estudo de gestão em políticas públicas, 85% dos questionados responderam afirmativamente e 15% negativamente. Na análise da percepção dos alunos em relação ao entendimento acerca de gestão de políticas públicas, 70% demonstram entender e 30% não possuem nenhum entendimento. Em se tratando dos objetivos das políticas públicas, 55% dos alunos informam que conhecem os objetivos e 45% desconhece. Acerca da identificação de políticas públicas, 40% dos alunos respondentes do questionário não saberiam identificar nenhuma política pública e os demais 60% identificam políticas públicas. Pode-se, afirmar, que através da pesquisa que o presente estudo atingiu os resultados propostos, pois após as observações e aplicações dos questionários, foi possível identificar que o desconhecimento sobre gestão de políticas públicas é amplo, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Resultados das observações acerca de Gestão de Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos questionários aplicados em semestres de 2013.1, 2013.2 e 2014.1.

Considerações Finais

Este trabalho resulta de uma iniciativa de compreensão dos motivos que levam os jovens a não se interessarem por políticas e pela gestão pública. A oferta de conteúdos informativos adequados, para se entender políticas públicas devem ser vistos como um “despertar”, vendo os jovens não somente como estudantes, mas como um cidadão, levando-os a participar de ações públicas que revertam ou resolvam os problemas da comunidade na qual estão inseridos. A experiência aqui relatada soma-se a outras similares já vivenciadas por outros

ministrantes de disciplinas de áreas públicas, da preocupação em se perceber que existe uma nova realidade se formando e transformando a Gestão Pública e que através do ensino pode-se contribuir com esta concepção. Que há a necessidade de se avançar e que, precisamos adotar metodologias acadêmicas eficientes e sensibilizadoras, buscando aproximar os alunos da realidade no que se refere a gestão pública. Que o nosso país possui uma vasta lista de problemas a serem superados, que precisam ser transformados em serviços públicos de qualidade, com a participação de jovens cidadãos que querem viver em sociedade com dignidade, com maiores oportunidades de emprego, com educação e saúde de qualidade, com sentimento de andar nas ruas com segurança, e onde todos os direitos sejam conhecidos e respeitados, conforme previstos na Carta Magna do país, de 1988.

Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista de Administração Pública. Vol. 41. Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Decreto 5.378 de 23.02.2005.** Institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília, Novembro, 1995.

CARRANO, Paulo Cezar Rodrigues; SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens na relação sociedade-estado: entre “problemas sociais” e concepções ampliadas de direitos.** Rio de Janeiro: s.n. 2003.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do GESPÚBLICA.** Rio de Janeiro, 2007.

TEÓFILO, Diego. **Seminário de Políticas Públicas Juventude em Pauta 2010**, promovido pela Ação Educativa e Friedrich Ebert Stiftung em dezembro de 2010, produzido em julho de 2011. disponível em: <http://www.pt.org.br/portalpt/opinioes/apontamentos-sobre-politicas-publicas-de-juventude-72781.html> acesso em 28 set 2014.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** Brasília: UNESCO, 304p. 2004.